

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE - MA  
CNPJ – 01.625.921/0001-02  
PODER LEGISLATIVO

## PARECER JURÍDICO

**Referente: Processo nº 2021.03.29.0031/2021**

**Dispensa de Licitação nº. 011/2021**

**Interessado:** Câmara Municipal de Governador Nunes Freire.

**Objeto:** Contratação de Serviços de locação de Software de gerenciamento, controle de site, SIC e Ouvidoria conforme termo referência, para atendimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)., para atender as necessidades da CÂMARA Municipal de Governador Nunes Freire/MA

Senhor Presidente,

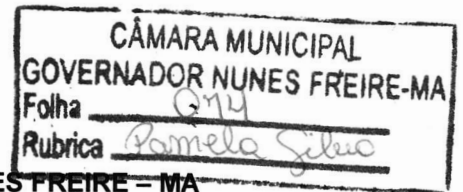
Consta deste processo que a Câmara Municipal de governador Nunes Freire pretende Contratar os Serviços de locação de Software de gerenciamento, controle de site, SIC e Ouvidoria conforme termo referência, para atendimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)., para atender as necessidades da CÂMARA Municipal de Governador Nunes Freire/MA.

Consta nos autos do processo a pesquisa de preços na qual se auferiu o menor valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais). Onde também foi identificada a proposta apresentada com um valor compatível de mercado, sendo esse de R\$ R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), cotado pela empresa **A AMARO F DA SILVA – ME, C.N.P.J. Nº 14.769.245/0001-92, RUA INGLATERRA, 243 – CENTRO, FORTALEZA - CE.**

Outrossim, informa a Comissão de Licitação, que a referida empresa se adequada para a finalidade pretendida, bem como que existe rubrica orçamentária.

Após a devida tramitação, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhou os autos a esta ASSESSORIA JURÍDICA para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE - MA**  
CNPJ - 01.625.921/0001-02  
**PODER LEGISLATIVO**

Desde logo, verifico que os serviços pretendidos podem ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua da Autarquia, conforme o art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;**

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a Câmara Municipal de Vereadores efetue a contratação de empresa para os presentes serviços, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total encontra-se devidamente dentro do limite estabelecido no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

É o parecer.

Governador Nunes Freire - MA, 07 de abril de 2021

**RENATO IGOR FREIRE DE ABREU PEREIRA**  
**OAB/MA Nº 16.823**  
**ASSESSOR JURÍDICO**